

NÓS. HOMENS, GEÓGRAFOS...E FEMINISTAS?

NOSOTROS. HOMBRES, GEÓGRAFOS...¿Y FEMINISTAS?

 Victor Dantas Siqueira Pequeno ^A

^A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil

Recebido em: 16/04/2023 | 15/06/2023 DOI: 10.12957/tamoios.2024.75040

Correspondência para: Victor Dantas Siqueira Pequeno(victorpequenogeo@gmail.com)

Resumo

Pretendo com o presente artigo mobilizar o pensamento geográfico que se quer feminista. Articulado a isso, meu objetivo consiste em verificar se há nas pesquisas desenvolvidas por homens geógrafos uma difusão do que estou chamado de éticas feministas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa-exploratória que utiliza da pesquisa bibliográfica para com a coleta de dados e a discussão dos resultados. Defendo que há um arco-íris de possibilidades teórico-metodológicas encaminhadas por corpos e mentes dissidentes, e que reivindicam à Geografia a saída do armário.

Palavras-chave: Homens geógrafos; Geografias Feministas; Sexualidades; Escrivência.

Resumen

Con este artículo me propongo movilizar el pensamiento geográfico que venga ser feminista. Ligado a esto, mi objetivo es verificar si hay una difusión de lo que llamo ética feminista en las investigaciones realizadas por hombres geógrafos. Se trata, por tanto, de una investigación cualitativa-exploratoria que utiliza la búsqueda bibliográfica para recolectar datos y discutir los resultados. Sostengo que hay un arcoíris de posibilidades teórico-metodológicas creadas por cuerpos y mentes disidentes, y que exigen que la Geografía salga del armario.

Palabras claves: Hombres geógrafos; Geografías Feministas; Sexualidades; Escrivência.



INTRODUÇÃO

As utopias seriam o que existe de mais confortável se não fossem um risco de vida. Dos “ismos” do nosso tempo, o feminismo é, talvez, o mais utópico, o mais perturbador, o mais alegre e o mais triste dos projetos de futuro. Resposta aos desencontros de uma época, a que dói mais fundo e de maneira mais secreta, a menos épica, mas, talvez a mais sentida.

(OLIVEIRA, 1992, p. 53).

Primeiramente, gostaria de destacar que sou favorável à alguns posicionamentos político-científicos, como:

I) Todo saber e/ou conhecimento parte de alguém e de algum lugar;

II) A Geografia, antes de mais nada, é um instrumento de leitura para com o mundo, em níveis materiais, culturais, simbólicos, políticos e discursivos.

III) Discutir gênero e sexualidades em Geografia faz parte do esforço de dessacralizar e des-masculinizar os pensamentos e/ou conhecimentos geográficos.

Isso posto, pretendo aqui exercitar um pensamento e uma escrita que se quer feminista e descolonial. Amparo-me em contribuições filosóficas e/ou metodológicas sugeridas por pesquisadoras/es que se posicionaram (e se posicionam) a favor de uma política e uma ética científica que aspira uma outra objetividade e que mobiliza saberes localizados (HARAWAY, 1995).

Para tanto, considero importante, já de início, apresentar-me para a leitora e/ou leitor. Sou um homem cis-gênero, nordestino, negro e bixa. Das marcas sociais (gênero, regionalidade, raça e sexualidade) que me constituem, sou inspirado a percorrer uma travessia que num primeiro se deu de forma solitária, e quando do encontro com as Geografias subversivas (SILVA, 2009), pude reconhecer-me em escritas, temáticas, posturas, etc.

Desta feita, o objetivo proposto retoma inquietudes pessoais e questionamentos como: se a minha escrita é fundamentada em obras feministas, de que forma isso qualifica a minha trajetória acadêmico-pessoal? posso me considerar um geógrafo feminista? quais os riscos dessa autodenominação arbitrária? as discussões sobre ética e política feminista contemplam outros sujeitos e/ou identidades gênero para além do binarismo mulher/homem? se sim, é possível também alargar o campo de estudos geográficos que se pretende feminista para outras abordagens, leituras e/ou interpretações encaminhadas por corpos e mentes que escapam de tal ordem binária? e principalmente, qual(ais) a(s) ética(s) feminista(s) suscitadas por homens que pesquisam gênero e sexualidades em Geografia?

Na tentativa de responder tais indagações, propus um estudo de caráter exploratório fundamentado metodologicamente na pesquisa bibliográfica e/ou documental. Nesse sentido, foi realizada uma busca de trabalhos acadêmicos arquivados no *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) num recorte temporal, qual seja, 2019-2022. A leitura dos respectivos guiou-me numa reflexão orientada por uma objetividade posicional. Das considerações a serem feitas, a sugestão de alguns horizontes e/ou perspectivas, tendo em vista as éticas feministas para com a escrita/pesquisa, escolha do objeto de pesquisa, coleta de



dados etc. que foram por mim identificadas, e que podem ampliar o debate para outras áreas da ciência geográfica.

CIÊNCIA, FEMINISMOS E TEORIAS *QUEER*

Convido-lhe a um exercício morfológico: ciência é um substantivo feminino. Contraditoriamente, a presença feminina enquanto agente criador de conhecimentos científicos foi por séculos negada. Isso, em parte, pode ser explicado por outro substantivo (também feminino): razão. A existência desta foi considerada a característica diferencial entre a espécie *homo sapiens* e o restante dos animais. De um lado, seres capazes de raciocinar (leia-se homens), ou seja, dotados da habilidade do pensamento abstrato que se revela na materialidade, do outro, seres irracionais. Temos aí, a máxima racionalista que percorreu toda a evolução do que hoje conhecemos como ciência. Acrescenta-se a isto, a prática religiosa (sobretudo cristã) que também foi decisiva para a inferiorização e/ou subjugação das mulheres enquanto mentes incapazes de fazer ciência.

Tal conexão não casual ou banal entre religião ascética e conhecimento universitário fez com que, tanto a filosofia quanto a ciência modernas, se empenhassem em excluir mulheres da busca pela verdade, já que as impediam sistematicamente de estudar, assim como as impediam de receber instrução profissional, revelando tendenciosidade androcêntrica que nos tomou séculos para desconstruir e sobre a qual seria difícil afirmar estar já superada [...] (MATOS, 2008, p. 335).

Diante disso, a vontade e/ou desejo em falar por si e sobre si (em espaços políticos e acadêmicos) uniu mulheres ativistas ao longo do século XIX, e com maior projeção no século XX, especificamente o período que corresponde às décadas 1930-1970, em que houve a difusão global dos movimentos feministas de primeira e segunda onda. Especialmente esta última, das reivindicações apresentadas à comunidade científico-patriarcal, a instituição dos estudos feministas e/ou estudo de mulheres:

[...] Após consolidarem arenas consistentes de debate científico, tendo realizado toda sorte de inflexões em vários campos disciplinares, partindo das críticas aos vieses androcêntricos encontrados nesses campos, os questionando fortemente, [...] as mulheres feministas no campo acadêmico visaram ampliar, nas ciências humanas e sociais, o escopo das reflexões para adotar uma nova proposta teórico-conceitual: os estudos de gênero (MATOS, 2008, p. 336).

Assistiu-se assim, a introdução do gênero enquanto conceito (posteriormente, a partir da década de 1980, enquanto categoria), e um redirecionamento epistemológico, uma vez que foram desestabilizados os pressupostos do determinismo biológico aderido por diferentes ciências, especialmente as ciências médicas, que acusava o sexo (genitália) como elemento único na formação da identidade de gênero e da sexualidade das pessoas. Assim,



[...] Tal reformulação surgiu com o intuito de distinguir e separar o sexo – categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional [...] (MATOS, 2008, p. 336).

Dentre as cientistas feministas que se preocuparam com o debate de gênero enquanto categoria analítica encontra-se a historiadora Joan Scott. Influenciada pelas ideias de Jacques Derrida e Michel Foucault, Joan Scott publicou em 1988 *“Gender and the politics of history”*, uma das obras responsáveis por inaugurar a articulação das teorias de gênero com os postulados construcionistas. Felizmente, o manuscrito chegou em bibliotecas brasileiras graças ao trabalho de tradução e revisão empreendido pela pesquisadora Guacira Lopes Louro e o pesquisador Tomaz Tadeu da Silva.

A originalidade do texto de Joan Scott¹ (1995) se deve a análise pragmática da palavra gênero e as distintas abordagens conceituais para com a mesma empregadas nos estudos encaminhados por historiadoras/es feministas contemporâneas à época da autora. Desse modo, no primeiro caso, Joan Scott observou que:

Na sua utilização recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo “mulheres” por “gênero” [...] Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo “gênero” constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80 (SCOTT, 1995, p. 75 [grifos da autora]).

Desta feita, a autora se posicionou em favor da perspectiva relacional entre os gêneros, e que, portanto, este devia ser o novo arranque dos estudos feministas: a categoria gênero enquanto ferramenta político-científica para o descortinamento das relações sociais entre os sexos (SCOTT, 1995).

Em relação ao percurso do termo gênero nas distintas tradições teórico-metodológicas utilizadas por historiadoras/es feministas, Joan Scott (1995) identificou a existência de três evidenciadas por àquelas/es: I) historização do patriarcado; II) articulação entre marxismo e feminismo e III) articulação entre pós-estruturalismo francês, psicanálise e feminismo.

Outra potencialidade do texto de Joan Scott consiste na definição de gênero que a própria autora nos sugere:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).



Para o sustentamento desta, a autora identificou quatro conjecturas que denotam o gênero enquanto herança das relações socioculturais, quais sejam: I) os símbolos dispostos na cultura e que são eficazes na elaboração de representações generificadas (exemplo: Adão e Eva na tradição cristã ocidental); II) das interpretações destes símbolos generificados, surgem conceitos normativos que insistem em fixar modos de ser e estar (exemplo: na tradição cristã ocidental, Eva teria surgido a partir da costela de Adão, logo, todo ser feminino é inferior ao ser masculino e deve obediência ao mesmo); III) contestar esses conceitos fixadores segundo a autora, requer que acrescentamos na nossa análise de gênero a dimensão política, institucional e/ou organizacional; IV) o constituir-se um gênero e/ou expressões de gênero envolve traços subjetivos, conseqüentemente, revelam um identidade (SCOTT, 1995).

Os postulados de Joan Scott foram criticados por grupos que não se vinham legitimados em suas análises, tais como, os dissidentes sexuais e aqueles corpos (transexuais e transgêneros) que colocam em cheque o destino dos sexos dado pela biologia numa lógica binária. Ademais, a autora não contemplou em suas discussões outros recortes e/ou marcas sociais que de igual forma modificam e/ou significam as identidades generificadas, tais como, raça, etnia, sexualidade, etc (TILIO, 2014). Novas abordagens estavam a caminho.

Das proposições conceituais e analíticas oriundas das filosofias pós-estruturalistas, surgiram as teorias desconstrucionistas de gênero e de sexualidades. Estas foram difundidas em meio a conjuntura social e político-econômica da época em decorrência da crise sanitária instaurada pela epidemia da AIDS. Nesta proliferaram discursos neoliberais, médico-científicos e fundamentalismos religiosos que se mostraram eficazes na patologização dos corpos dissidentes atribuindo a estes a causa da epidemia.

A identidade do “aidético”, surgida nesta vaga, transformou-se em uma forma contemporânea do “judeu”. [...] Ao invés dos campos de concentração, a proposital falta de políticas públicas ou tratamento durante os primeiros anos da epidemia, sobretudo nos Estados Unidos. Ao invés da perseguição política e militar, a marcação da população por meio de políticas de saúde centradas nos testes, no controle e no “tratamento”. Ao invés do encarceramento em campos, a exposição a processos contínuos de estigmatização, solidão e individualização (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009, p. 136).

Nesse cenário necrobiopolítico (BENTO, 2018), ativistas LGBTQ+ foram às ruas para reivindicar seus direitos. Contaram com o apoio e estabeleceram alianças com as feministas, artistas e cientistas militantes. Em âmbito acadêmico gerou-se uma preocupação com os dispositivos de morte e patologização para com tais corpos. Dos esforços intelectuais conjugados surgiram os feminismos pós-estruturalistas e as teorias *queer*.

A teoria queer surgiu como argumento político e contestatório ao movimento assimilacionista de gays e lésbicas norte-americano, mas, sobretudo de gays, aos impactos sociais da aids. O que começou como uma discussão interna no movimento, foi sendo sistematizado em linhas argumentativas que geraram um importante cabedal conceitual e teórico que desestabilizou a ideia de estudos de “minorias” e da sexualidade como um aspecto tangencial das dinâmicas sociais (PELÚCIO, 2014, p. 27-28).



Dentre as pensadoras engajadas com tais incumbências encontra-se Judith Butler. Uma mulher cis-gênero, lésbica, feminista e filósofa. A originalidade de sua obra, assim como a de Joan Scott, se justifica em razão de seu esforço em elaborar um novo tripé conceitual para o termo gênero. Aliada às ideias de Edmund Husserl, Merleau-Ponty, John Austin e Michel Foucault, Judith Butler considerou a cultura, a linguagem e a performance como práticas constituidoras do gênero. Surge daí, o conceito de performatividade inspirado pelos pressupostos da teoria dos Atos de Fala do filósofo britânico John Langshaw Austin (1911-1960).

Com a noção de performatividade Judith Butler constatou que o fazer-se gênero requer sempre a agência de atos, gestos, performances, vestimentas, símbolos, representações etc. Assim sendo, não é a biologia e nem a cultura que resolve o gênero, é a pessoa quem o faz. Em outras palavras, não há nada antes do gênero. O gênero é sempre a *posteriori*.

[...] o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância - isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra [...] não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias “expressões” tidas como resultado (BUTLER, 2003, p. 48 [grifos da autora]).

Na mesma obra, Judith Butler (2003) pleiteou uma nova ética e política feminista ao passo que foi incisiva nas críticas para com os postulados científico-políticos de algumas vertentes feministas que se esforçaram em definir uma categoria estável de sujeito representador do mesmo. Para tanto, ditaram experiências e modos de ser mulher e definiram-na enquanto categoria universal. Para a autora, tais prerrogativas se mostraram insuficientes e excludentes na medida em que ao insistir pelo viés universal as feministas estariam retornando ao caminho da reificação de identidades:

[...] é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de constituir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui. [...] isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político (BUTLER, 2003, p. 23).

Das limitações e críticas que foram (e são) direcionadas às ideias de Judith Butler, Roney Gusmão (2022) nos conta que:

A tese de Butler sobre a performatividade de gênero foi alvo de veementes críticas. Cito duas das mais recorrentes: A suposição equivocada de que a autora teria negligenciado a materialidade do corpo pela supervalorização da linguagem e a suposição, também



equivocada, de que Butler teria defendido gênero meramente como performance e, portanto, sob controle voluntarista do sujeito generificado [...] (GUSMÃO, 2022, p. 324).

Como neste manuscrito não pretendo aprofundar na discussão das limitações prático-conceituais das obras destacadas, convido o/a leitor/a para posteriormente fazer a leitura das referências dispostas para melhor entendimento. Dito isto, encaminho-me para as repercussões dos feminismos pós-estruturalistas e das teorias *queer* na ciência geográfica.

GEOGRAFIAS *QUEER*-FEMINISTAS: O BRASIL EM CENA

Meu objetivo aqui é aproximar o/a leitor/a de alguns estudos elaborados por geógrafas e geógrafos brasileiras/os que têm se preocupado com temáticas, objetos e problemas de pesquisa que até então são tidos como “polêmicos” e/ou “da moda” como alguns/as costumam se referir. Discordo totalmente desses comentários depreciativos. Ao meu ver, o que está sendo colocado em questão (nos últimos trinta anos) é justamente a “pureza” da ciência geográfica. Assim, não é de todo surpreendente que isso geraria reações diversas (favoráveis ou não).

Para compreender como se deu a recepção dos estudos de gênero e sexualidades na ciência geográfica é necessário retomar as disputas teórico-metodológicas que marcaram as últimas décadas do século XX e que encerraram na emergência de três frentes: Geografia Quantitativa, Geografia Crítica e Geografia Humanista. No interior desta última, foi gestada a Nova Geografia Cultural que revelou para àquelas temas e agentes geográficos que até então estavam apartados da agenda de pesquisa bem como do espaço geográfico.

[...] os estudos acerca da categoria gênero existem nas pesquisas geográficas brasileiras e inicialmente foram inseridos na vertente da Nova Geografia Cultural, visto que contribuem com a abordagem cultural, pois se interessam pelos significados que os diversos grupos sociais constroem espacialmente, o que proporcionou uma aliança teórico-metodológica com as geografias feministas, enriquecendo o intercâmbio entre esse campo e as demais áreas da Geografia (SPITALERE, 2014, p. 20).

Quando em 1998 a geógrafa Susana Silva intitulou seu texto com o questionamento “Geografia e Gênero/ Geografia Feminista - O que é isto?”, penso que uma de suas intenções era perguntar aos seus pares se havia uma ética e/ou política feminista que orientava as pesquisas geográficas.

Outra interpretação que se pode fazer do referido texto é que a autora expressou em palavras seu posicionamento diante das dúvidas e/ou “consensos” que orbitavam em torno das teorias feministas e que de certa se estenderam na Geografia:



A Geografia de gênero não é “Geografia das ou de mulheres”, pois assim pareceria que só estudaríamos a metade da humanidade e que somente as mulheres poderiam fazer uma Geografia feminista (SILVA, 1998, p. 107).

Ademais, a geógrafa se mostrou otimista quanto à existência de um corpus teórico-metodológico que anunciava-se enquanto Geografia Feminista.

[...] muitos caminhos de pesquisa se abrem, no meu entender, sob a perspectiva teórica feminista. Cito, por exemplo, algumas abordagens de investigação: organização da vida cotidiana em áreas rurais e urbanas; o mercado de trabalho segundo o gênero e a localização espacial das indústrias e dos serviços (creches, escolas, transportes, etc.); a utilização do espaço (público e/ou privado) segundo o gênero; o trabalho doméstico e o número crescente de mulheres que sustentam economicamente a família; a queda da taxa da fecundidade e os direitos reprodutivos (SILVA, 1998, p. 109).

Passado-se 25 anos da publicação do referido texto, arrisco a dizer que as expectativas de Susana Silva não só foram atendidas como germinaram feitos incríveis, dentre os quais destaco: a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (GEPGÊNERO) em 2000 vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e sob liderança da Profa.Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva; do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) em 2003 vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) sob liderança da Profa.Dra. Joseli Maria Silva; a criação da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero em 2009 vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia também da UEPG e sob coordenação da Joseli Silva; a publicação do livro “Geografias Subversivas” em 2009 organizada pela mesma pesquisadora; a criação do Laboratório de Estudos em Espacialidades Urbanas (LabEU) em 2011 liderado pelo Prof.Dr. Benhur Pinós da Costa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em parceria com a Profa.Dra. Cláudia Zeferino Pires vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre outros.

Quanto às pesquisas geográficas é notável a diversidade de temas, teorias e metodologias que têm sido difundidas desde 1998 (considerado apenas como ano de referência para as pesquisas geográficas brasileiras). Pesquisas e/ou textos como o Marcio Ornat (2008), Ana Spitalere (2014), Ruan Faria (2018), Paula Lindo (2021), Victor Pequeno e Ana Paula Pereira (2022), Victor Pequeno (2023), entre outros, se mostram relevantes na tarefa de localizar tais estudos e os avanços teórico-metodológicos no interior das Geografias feministas e Geografias *queer* no Brasil ao longo das últimas duas décadas.

Já sobre os desafios em fazer pesquisa orientada pelas epistemologias feministas e as teorias *queer* e da postura científico-política que se quer engajada com as questões e/ou pautas que extrapolam as paredes da universidade bem como as páginas dos nossos textos, reconhece-se que:



[...] A postura pluriversal implica na prática geográfica subversiva que joga com e contra os conceitos da ciência hegemônica e contempla os saberes dos sujeitos silenciados no discurso moderno tradicional. [...] Qualquer construção de conhecimento implica em uma postura reflexiva em torno da interdependência entre conceitos já estabelecidos pelo campo científico e a realidade que se investiga. [...] É importante dizer, portanto, que o estudo de grupos sociais invisibilizados é bastante árduo [...] (SILVA, 2010, p. 57).

Árduo, pois demanda de nós Geografias corporizadas e corporizantes. Geografias que afetam e que por nós são afetadas. Geografias que fomentam a leitura decodificadora (MILANI, 2021) e a escrita descolonizada; fertiliza a desobediência epistemológica (PRZYBYSZ; SILVA, 2019) e a criatividade metodológica. Um geografiar do diálogo e do viver transgressivo (COSTA, 2020). Que abraça as dúvidas e as incertezas. Que se permite ser questionado e que por definição, nunca é encerrado em si mesmo.

Finalmente, em relação aos corpos e mentes que estão “autorizadas/os” a fazerem Geografias feministas e Geografias *queer*, endosso o argumento de Susana Silva (1998) de que a ética, a política e a práxis feminista não é restrita ao grupo de mulheres. Ou seja, conhecimentos feministas (sob a luz dos pressupostos pós-estruturalistas e *queer*) não é somente sobre mulheres, criado por mulheres e para mulheres (ainda que existam vertentes radicais que são favoráveis dessa prerrogativa). Insistir nisso é um atalho, ou melhor, um retorno às identidades reificadas, conforme Judith Butler já nos alertou.

Há diferentes modos de se constituir mulher, bem como constituir-se homem (daí a relevância dos estudos sobre masculinidades), seja através de processos histórico-culturais (SCOTT, 1988) e/ou atos e gestos performados (BUTLER, 2003). São indispensáveis, portanto, estudos feministas que conjugam ambos universos.

Na Geografia, dúvidas desse tipo já foram apresentadas e há quem se mostre favorável aos argumentos de Judith Butler (2003) e de Susana Silva (1998).

Neste processo crítico com nossos procedimentos de pesquisa e experiências ultrapassamos alguns pré-conceitos, como a impossibilidade de pessoas do sexo masculino produzirem um conhecimento geográfico libertador sobre as mulheres. Isso porque o corpo do pesquisador(a) referente de significados não pode ser reduzido às representações imediatas. [...] É necessário romper com as associações lineares e imediatas dos corpos significantes da prática do conhecimento (SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2010, p. 37).

Isso posto, no tópico a seguir são apresentadas algumas pesquisas geográficas que foram desenvolvidas por homens (que se reconhecem como tal) nos últimos quatro anos (2019-2022). A partir da leitura destas, tentei responder a questão-base que fundamenta minha reflexão: qual(ais) a(s) ética(s) feminista(s) suscitadas por homens que pesquisam gênero e sexualidades em Geografia?



RESULTADOS

A coleta das teses e dissertações foi feita no sítio eletrônico da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) entre os dias 6 e 9 de abril de 2023. Utilizei o modo de busca avançada com os termos “Geografia feministas”, “Geografia e sexualidade”, “Geografia LGBT”, “Geografia, travestis e transexuais”, “Geografia, gays e lésbicas”. Filtrei os trabalhos que foram arquivados entre 2019-2022 e com autoria masculina (nesta etapa foi fundamental a leitura dos agradecimentos e da introdução, pois são nessas seções que geralmente os autores relatam sobre si, suas motivações pessoais para com o objeto de estudo e/ou decisões teórico-metodológicas)².

Foram encontrados onze trabalhos, sendo que destes sete são dissertações e quatro teses. Em termos de distribuição regional verificou-se que a região Sul e a região Sudeste, ambas apresentam quatro trabalhos, seguidas pela região Nordeste com três trabalhos. Não encontramos nenhum trabalho vinculado a algum Programa de Pós-Graduação em Geografia da região Norte. Isto não significa dizer que não haja trabalhos produzidos na região, uma vez que o arquivamento no referido *site* é demorado (de 6 meses até 1 ano), por conseguinte, a quantidade de trabalhos não é exata (corresponde aos dias em que foi feita a coleta).

Dos objetos de pesquisa apresentados nos respectivos estudos, verifiquei que a maioria evidenciaram as experiências de homens gays. Ao meu ver, tal fato pode ser justificado em razão da autoria masculina, contudo, também identifiquei trabalhos que se preocuparam em analisar as corporalidades lésbicas (OLIVEIRA NETO, 2019), as corporalidades trans e travestis (BRAGA, 2020; MELLO, 2021), as corporalidades drags (FERREIRA, 2022) e as corporalidades de mulheres cis-gênero (PEDROSO, 2022).

Num primeiro momento, achei necessário organizar alguns quadros (Quadro 1, 2 e 3) de acordo com os enfoques geográficos verificados em tais pesquisas para que o/a leitor/a possa se inteirar das possibilidades prático-teóricas e metodológicas sobre questões de gênero e sexualidades em Geografia. Em seguida, me atendo às éticas feministas por mim consideradas existentes em tais produções.

Quadro 1 – Dissertações *queer*-feministas em Geografia Urbana, Geografia Agrária e Geografias virtuais (2019-2022)

Ano/Tipo	Título	Autoria/IES	Palavras-chave
2019/Dissertação	Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo	ALMEIDA, Vinicius Santos/Universidade de São Paulo (USP)	Cartografia; Violência; Identidade de gênero; Sexualidade; São Paulo



2019/Dissertação	A produção de masculinidades e socioespacialidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder em Rio Grande - RS	NUNES, Diego Miranda/Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Gênero; Masculinidades; Corporeidades; Espacialidades; Aplicativo Tinder
2020/Dissertação	Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro	FILETO, Vinicius Nunes/Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Movimentos Socioterritoriais do Campo; Espacialidades; LGBT Sem Terra
2022/Dissertação	De dia é João e de noite é Maria: O espaço geográfico lido a partir do corpo das drag queens	FERREIRA, Matheus Soares/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Corpo; Drag queen; Espaço; Cidade; Natal

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Elaboração: Autor (2023).

Quando geógrafos como Vinicius Almeida (2019) se propõe a investigar as violências para com corpos LGBTQ+ na metrópole paulista, ele o faz considerando a invisibilização desses casos em instâncias políticas. Quando questiona a cartografia hegemônica difundida pela/na comunidade geográfica (e como alternativa fomenta a participação de seus interlocutores/interlocutoras com mapas mentais elaborados pelos mesmos/as), o faz em razão do caráter discursivo que os mapas dispõem e que são capazes de apagar e/ou ocultar sujeitos e fenômenos como ocorre com as pessoas LGBTQ+. Isso torna-se ainda mais arbitrário quando a ocorrência se dá em cidades pequenas e/ou no campo.

Quando Diego Nunes (2019) coloca em questão as corporalidades e sociabilidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo em aplicativos de relacionamento, o que está sendo evidenciando (também) são as alternativas e/ou táticas que as pessoas que exercem sexualidades dissidentes utilizam para expressarem seus desejos. Uma vez que os espaços públicos dispostos na cidade interditam e/ou coagem as sociabilidades e/ou os afetos dissidentes, as redes sociais (ciberspaço) acabam por atender as necessidades daqueles/as que não se enquadram nas normativas urbanas.

Juntamente com os autores mencionados, o que se pode concluir?



A cidade não foi feita para mulheres. A cidade *é* misógina. A cidade não foi feita para crianças. A cidade *é* adultocêntrica. A cidade não foi feita para pessoas transexuais e travestis. A cidade *é* cisgênera. A cidade não foi feita para as sexualidades dissidentes. A cidade *é* homofóbica. Não somente a cidade, o campo também o *é*. O verbo ser (*é*) não foi empregado para tornar a cidade enquanto um ser animado. O verbo ser (*é*) foi usado para fazer referência aos grupos, corpos, gêneros e sexualidades que são autorizados/as a viverem, participarem e/ou circularem na cidade e no campo.

Quadro 2 – Teses e dissertações *queer*-feministas em Ensino de Geografia, Educação Geográfica, Geografia e Cinema (2019-2022)

Ano/Tipo	Título	Autoria/IES	Palavras-chave
2019/Dissertação	Vivências docentes de professores gays e lésbicas no ensino de Geografia em escolas de educação básica	OLIVEIRA NETO, Irineu Soares/Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Educação Geográfica; Sexualidades; Ensino de Geografia; Identidades Socioculturais; Espaço Geográfico
2020/Tese	Geografias Queer & Currículo: por uma educação geográfica fora do armário!	MOREIRA, Carlos André Gayer/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Geografias; Queer; Currículo; Educação Geográfica
2021/Dissertação	Territorialidades LGBTQIA + na educação básica: a oficina geográfica de gênero e sexualidade como ferramenta de luta e resistência.	FREITAS, Edjango Lima/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Oficina; Territorialidade LGBTQIA +; Ensino de Geografia; Gênero
2021/Dissertação	Corpos que não importam: mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia	MELLO, Tyrone Andrade/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Gênero; Mulheres Travestis; Livro Didático; Imagens; Práticas Pedagógicas
2021/Tese	Na praia, na montanha, sob a luz do luar ou em algum lugar além do	SOUZA, Gabriel de Lima/Pontifícia Universidade Católica	Geografia e cinema; Espacialidades; Homossexualidade masculina



	arco-íris: perspectivas geográficas acerca das espacialidades homossexuais masculinas representadas nos filmes Praia do Futuro, Brokeback Mountain e Moonlight	do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------	--

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Elaboração: Autor (2023).

A maior parte dos trabalhos focalizaram o ensino de Geografia e/ou a educação geográfica. Uma pergunta: qual espaço mais acessível e democrático para que debates sobre causas de grupos vulneráveis, movimentos sociais e perspectivas de transformação sociocultural e sociopolítica? Aposto na resposta: a escola pública. É na escola em que o diálogo horizontal é sucedido com menos riscos. É na escola em que as ações mais criativas e transformativas para com o cotidiano socialmente construído são germinadas.

É também na escola onde são testados projetos antidemocráticos, tecnocráticos e teocráticos que posteriormente, resultam em decretos, leis e mudanças constitucionais das mais absurdas. Em termos de Brasil, algo parecido foi engendrado no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) onde retóricas sobre kit gay, ideologia de gênero e afins resultaram na institucionalização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2019.

[...] o combate à “ideologia de gênero” longe de se mostrar como mera cortina de fumaça – cuja função seria despistar a opinião pública frente à tomada de ações controversas ou, ainda, camuflar a crônica inoperância de seu governo em relação a área da educação – é, se bem prestarmos atenção, o único projeto efetivamente proposto por Jair Bolsonaro para a educação brasileira desde sua campanha eleitoral. Combater a “ideologia de gênero” nas escolas é tarefa tão cara a Bolsonaro – e também a seus apoiadores – que, ao longo do um ano e meio em que esteve à frente da Presidência da República, o chefe do Executivo sentiu necessidade de destacar reiteradas vezes e em diferentes espaços seu compromisso com essa causa, que, como ele mesmo destaca, é parte basilar de seu projeto de governo (SCHIBELINSKI, 2020, p. 28).

Trabalhos como de Irineu Oliveira Neto (2018), Carlos Moreira (2020), Edjango Freitas (2021) e demais pesquisas que têm se preocupado com a descaracterização do currículo escolar e/ou universitário e a violência simbólica (por vezes física) para com estudantes LGBT+ em espaços educativos, pronunciam a importância da ciência geográfica enquanto saber político-estratégico (LACOSTE, 1988) e pode ser utilizada para abrir fissuras nessa redoma necro-biopolítica (BENTO, 2018).

**Quadro 3** – Teses e dissertações *queer*-feministas em Geografia da Saúde (2019-2022)

Ano/Tipo	Título	Autoria/IES	Palavras-chave
2020/Tese	Espaço e práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná	BRAGA, Ramon de Oliveira Bioco/Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	LGBTTFobia; Transexualidades; Travestilidades; Saúde Trans; Sexualidades
	Flores e dores, vozes e vidas: contexto geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente, SP	PEDROSO, Mateus Fachin/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP - Presidente Prudente)	Mulheres; Geografia da Saúde; Gênero; Interseccionalidades; HIV/AIDS

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Elaboração: Autor (2023).

Os trabalhos de Ramon Braga (2020) e Mateus Pedroso (2022) revelam o redirecionamento teórico-metodológico de outro de campo de análise geográfica possibilitado pelas epistemologias feministas e as teorias *queer*, qual seja, a Geografia da Saúde, esta que por muito tempo manteve-se limitada aos estudos relacionados com a epidemiologia, sobretudo, os que tratavam da dispersão das chamadas “doenças tropicais” como dengue, esquistossomose, entre outras. Ao “trazer” para a Geografia estudos sobre práticas de saúde coletiva e acolhimento para corpos trans e travestis (BRAGA, 2020) e para corpos soropositivos (PEDROSO, 2022) os autores reiteram o compromisso da Geografia para com grupos vulneráveis que a não muito tempo foram responsabilizados pela epidemia da AIDS e considerados doentes mentais (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009).

Conheçamos, pois, as éticas conjugadas pelos respectivos autores.



DAS DORES, AFETOS E DESEJOS QUE NOS MOVEM

I) O pessoal também é político.

A primeira ética que gostaria de enfatizar considera um dos princípios feministas, qual seja: o pessoal também é político (hooks, 2019). Para ilustrar isso, começo trazendo para a nossa discussão os agradecimentos feitos pelos autores referenciados anteriormente.

Vinicius Almeida (2019) em seus agradecimentos, menciona o seu namorado, que participou de forma afetiva da elaboração do trabalho. Irineu Oliveira Neto (2019) agradeceu ao seu esposo. Gabriel Souza (2021) agradeceu a família que constituiu ao lado de seu marido. E Mateus Pedroso (2022) agradeceu a cumplicidade que partilha com o seu noivo.

A coragem desses geógrafos em registrar seus afetos e amores numa dissertação e/ou tese, é por si uma atitude emancipadora e transgressora. É nos agradecimentos que assumimos livremente a nossa corporeidade. O falar sobre si e sobre as pessoas que nos inspiram e nos constitui enquanto sujeitos. Expresso minhas saudações geográficas aos autores e seus respectivos amores.

II) Todo conhecimento parte de alguém e de algum lugar.

Esta segunda ética que destaco leva em consideração as proposições de Haraway (1995) sobre os saberes localizados. Aqui me direciono para as motivações que levaram os autores a pesquisarem os temas e/ou objeto de estudo escolhido por eles.

Ramon Braga (2020) nos conta que: “A problemática exposta foi concebida com base na minha vivência social com as travestis e mulheres transexuais, bem como se apresenta ancorada na realização do campo exploratório desta pesquisa” (BRAGA, 2020, p. 23). E acrescenta:

Como docente de Geografia, durante muitos anos letivos, lecionei para muitos(as) discentes que fugiam da heteronormatividade, sobretudo travestis e transexuais. Eu descobri que além de serem motivo de piada entre os(as) discentes, essas pessoas também eram motivo de piada na sala dos docentes, que desdenhavam sobre como elas falavam, que roupa vestiam e o nome social que dificilmente era respeitado (BRAGA, 2020, p. 23-24).

Irineu Oliveira Neto (2019) parte das suas experiências enquanto um homem gay e como isso influenciou no seu cargo de professor de Geografia:

O interesse por este tema de pesquisa iniciou-se nas experiências vivenciadas por mim, ao longo dos anos de carreira, como professor de Geografia, em escolas públicas estaduais no município de João Pessoa, estado da Paraíba. Nesse curto espaço-tempo, pude experimentar as aprendizagens, os desafios e as dificuldades do exercício da docência, ante a minha orientação sexual [...] (OLIVEIRA NETO, 2019, p. 14).



Carlos Moreira (2020) também retomou memórias sobre situações e/ou experiências escolares enquanto estudante do Ensino Fundamental:

Fui apelidado no sexto ou sétimo ano do ensino fundamental como *flor do campo*, apelido que durou uns quatro anos consecutivos ou mais. Não lembro exatamente se esse apelido foi dado pelos desenhos de flores que eu costumava fazer ou algum tipo de verso escrito por mim, e que algum colega fez questão de expor de forma humilhante frente à turma; ou se era alcunha dada como sinônimo de sensível, feminino, frágil. Mas lembro que foi neste período que perdi meu nome. *Flor do campo* era tudo que passei a ser, durante anos, no cotidiano escolar (MOREIRA, 2020, p. 15).

Mateus Pedrosa (2022) descreveu uma situação em que se sentiu vulnerável em termos de saúde e que lhe causou questões, dúvidas suficientes para direcionar sua trajetória acadêmica.

A proposta de pesquisa somente “nasceu” a partir de uma experiência empírica pessoal, na qual me encontrei em situação de risco à infecção pelo HIV. Foi quando tudo começou. Confesso que foi uma experiência que ressignificou diferentes estruturas. A ocorrência desta situação foi um grande marco para mim, que proporcionou inúmeros questionamentos, como: isso somente aconteceu comigo? Qual a chance de ter acontecido com outras pessoas como eu? Um mesmo acontecimento é possível para pessoas diferentes? Foram questionamentos que tensionaram a minha posição de unicidade, fazendo com que eu pensasse na possibilidade para outros, estando nas mesmas condições ou não (PEDROSO, 2022, p. 32).

Outro geógrafo que inspirou-se em suas vivências e memórias para enveredar-se na pesquisa geográfica foi o Matheus Ferreira (2022):

Meu primeiro contato com uma drag queen foi através de um amigo da família, um homem negro e gay que era coreógrafo da Origem Potiguar. Ele sempre fazia questão de usar os vestidos da quadrilha, passava uma maquiagem, colocava um batom e mostrava para aquelas que iam usar o vestido como elas deveriam fazer os passos [...] Eu ficava encantado com tudo aquilo, achava incrível, acredito que não só pelo brilho, pelos movimentos dos passos da coreografia e o balanço das roupas, mas também pela energia que aquela expressão cultural transmitia (FERREIRA, 2022, p. 14).

O retorno às memórias constituídas por eventos traumáticos, violentos e de opressão e utilização daquelas como instrumento metodológico revela uma atitude encorajada. Empoderamento. Estimula inventividades. Autorrepresentação. A inclusão de tais memórias em um trabalho acadêmico que se quer “sério”, que exige uma objetividade impessoal de quem o faz, descortina possibilidades outras de escrita/pesquisa, dentre as quais: o religamento entre autor/a-texto-contexto.

III) O feminismo ama outro tipo de escrita. A escrevivência.

Uma das conquistas que as feministas garantiram nos espaços acadêmicos foi a possibilidade de engendrar um outro tipo de escrita. Uma escrita afetiva. Uma escrita que



afeta. Uma escrita de si e a partir de si. Considerada, portanto, um dos princípios éticos comungados entre feministas-cientistas. Vou além.

Na incursão encaminhada pelos estudos descoloniais e os feminismos negros, situo-lhe da obra de Conceição Evaristo. Uma mulher negra e de ancestralidade afro-brasileira. O ativismo da autora extrapolou o campo literário quando da gestação do conceito e/ou termo: *escrevivência*. Tendo em vista a postura intelectual-artística que se pretende descolonial, o referido conceito reivindica a reescrita do passado concebido enquanto herança única daqueles/as de “lá de cima”. O desmantelamento da tradição intelectual-artística misógina e racista.

[...] *Escrevivência*, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa *escrevivência* não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (EVARISTO, 2020, p. 30)

Se quisermos expandir a proposição conceitual da autora é possível contemplar na *escrevivência* outros corpos e mentes aos quais foram também negados a possibilidade de contar suas histórias. Experiências de vida que foram apagadas e posteriormente recontadas por meio de retóricas fundamentalistas religiosas, políticas, médicas, etc. Outrossim, a *escrevivência* pode também ser entendida como a elaboração de dores, afetos, presenças e/ou ausências que constituíram memórias sobre tempos (infância, adolescência) e espaços (casa, escola, trabalho, etc.) específicos de nossas vidas.

E os nossos geógrafos? Têm feito uso de tal ética?

Quando da descrição dos procedimentos metodológicos adotados Diego Nunes (2019) relata-nos os momentos de interação com os sujeitos participantes na sua pesquisa, quais sejam, homens gays e bissexuais. Num primeiro momento o pesquisador apresenta as transcrições das entrevistas, o que nos permite uma aproximação com as experiências dos sujeitos participantes, em seguida, coloca em prática a análise do discurso e faz algumas inferências em relação aos não-ditos pelos mesmos:

[...] Guilherme acredita que o fator corporal é preponderante para atração de parceiros, uma vez que as pessoas percebem nele alguém divertido, porém quando ele tenta algo mais próximo as pessoas se afastam. Inclusive, Guilherme afirma que as algumas não sentem vontade de ficar com ele porque ele não tem o corpo que muitos possuem. Assim, percebemos que Guilherme tem problemas com o corpo, relatando ao longo da entrevista inúmeros momentos de desconforto com esse tópico (NUNES, 2019, p. 158).



Irineu Oliveira Neto (2019) também fez uso de entrevistas para coletar as histórias de vida dos sujeitos participantes de sua pesquisa, quais sejam, professores LGBT+. Destaco a seguir uma das transcrições feitas pelo autor e que se aproxima com os pressupostos da escrevivência. A entrevista foi realizada com a participante chamada Alice:

[...] Aos doze anos, fui abusada por um vizinho, e desde então tenho aversão a homens, nojo é o que sinto! Não pelo sexo masculino, mas pela relação sexual com homens, fiquei silenciada por um longo período, até conhecer um amigo. Ele foi o responsável por minha libertação moral e sexual, através dele pude-me autorreconhecer como mulher negra, pobre, lésbica e que não deveria se contentar com aquela situação. Meu amigo não tinha estudo, porém me estimulava a estudar e a vencer na vida em meio à grande Jaboatão dos Guararapes, onde residíamos. Fiz todo o Ensino Fundamental e Médio sem reprovar, era uma aluna aplicada e dedicada, e nas vésperas da aplicação do vestibular, meu amigo foi assassinado. Traumatizada, perdi a prova. Só quando mudei para João Pessoa, alguns anos depois, ingressei nas faculdades de Pedagogia e Geografia em uma universidade privada. Ao meu amigo, dedico a minha vida, história, conquistas e valores, dele recebi todo o incentivo, algo que ninguém proporcionou (OLIVEIRA NETO, 2019, p. 131).

No trabalho conjunto com mulheres soropositivas em Presidente Prudente - SP, Mateus Pedroso (2022) colocou em prática a escuta atenta e afetiva para com os relatos que lhe foram concedidos (por meio de entrevista) pelas participantes da pesquisa:

[...] Para minha surpresa, Bonet iniciou a conversa retratando a violência que viveu desde sempre, destacou episódios de violência doméstica, nos quais o seu pai era protagonista, bem como reforçou que sempre sofreu violência por parte dos irmãos, o que expressava uma relação conflituosa desde muito cedo. Neste primeiro momento, havia percebido através dos gestos de Bonet que se tratavam de memórias de dor e sofrimento, dado que seu olhar se direcionava ora para um horizonte abstrato, ora para o chão junto ao tom de voz diminuto que, em alguns momentos, expressou revolta e indignação, constituindo assim uma verdadeira simbiose de sentimentos [...] (PEDROSO, 2022, p. 148-149).

Das descrições postas refulgem os tensionamentos e/ou estranhamentos entre sujeito-objeto, ou melhor, sujeito-sujeito. Corporeidades particulares em espaços relacionais e que se defrontam com interesses distintos. De um lado, uma corporeidade dissidente que ocupa um cargo científico e que está disposta a ouvir o interlocutor/a. Do outro, uma corporeidade dissidente que se dispõe a falar sobre si para com o ouvinte. As experiências auto-representativas são tecidas simultaneamente.

Volto-me ao questionamento base da reflexão: qual(ais) a(s) ética(s) feminista(s) são suscitadas por homens que pesquisam gênero e sexualidades em Geografia?

Considero que todos os trabalhos mencionados pronunciaram um comprometimento social, epistemológico e/ou conceitual, o que me permite responder àquela que não há somente uma ou três éticas, conforme apresentadas por mim. O que há são portas geográficas com várias chaves de interpretação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dos homens no mundo das mulheres trará uma possibilidade simétrica de reconstrução do masculino. Talvez então se poderá falar de igualdade, porque a verdadeira igualdade é a aceitação da diferença sem hierarquias. E a certeza da diferença permanecerá no corpo, e nele o encontro mais fecundo.

(OLIVEIRA, 1992, p. 74).

Quando decidi intitular esse artigo com uma pergunta retórica me propus a elaborar a resposta fundamentando-me na minha escrivência (ética III), assim como nas dos autores que participaram da costura do presente texto. Costura que a princípio iniciou-se com motivações e questionamentos pessoais (ética II) surgidas a partir de trocas com professoras/es, colegas de cursos e dos lugares e situações (ética I) que vivenciei ao longo dos últimos cinco anos na graduação em Geografia.

Linhas em formato de palavras e enunciados que revelam as minhas intencionalidades com as Geografias que eu me preocupo em mobilizar nos meus estudos. Uma costura que não se encerra em minhas mãos, pelo contrário, se coloca aberta às contribuições e/ou críticas de demais leitores/as-costureiros/as.

A constatação de valores éticos e/ou pressupostos teórico-metodológicos feministas nas pesquisas desenvolvidas pelos autores mencionados não tem como finalidade estabelecer uma fórmula a ser reproduzida por outrem, ou ainda para servir de parâmetro para que um estudo desenvolvido por um geógrafo seja considerado ou não feminista. É a leitura a ser feita que significará àquele.

Os considero geógrafos feministas pelas afetações que senti em razão das leituras que realizei. Experiências escolares como a de Carlos Moreira (2020), situações de vulnerabilidade como a de Mateus Pedroso (2022), o empoderamento artístico como o de Matheus Ferreira (2022) ecoam nas minhas memórias e tensionam minha postura enquanto sujeito-pesquisador. Ao meu ver, é aí que reside as potências inventivas e inspiradoras destes trabalhos elaborados por corpos e mentes que se mostram engajadas com o devir do conhecimento e/ou pensamento geográfico situado.

Reitero a responsabilidade e/ou cuidado para com a utilização de conceitos e teorias de outros campos na elaboração de uma escrita/pesquisa geográfica que se pretende aliada a qualquer campo epistemológico (sobretudo os que foram evidenciados no texto). É imprescindível não perder de vista aqueles/as que fertilizaram (e fertilizam) as primeiras raízes dessa árvore de conhecimentos e saberes que se expande cada vez mais.

Atentarmos também para: o posicionar-se de *algum lugar*, deve ser acompanhado de uma crítica para *outro lugar*. Lugar em permanente abertura e não fechado como se fosse um armário (MOREIRA, 2020). Um lugar para além dos tons de cinza ou mesmo além do arco-íris (SOUZA, 2021). Criamo-lo nós!

Finalmente, antes de passar a palavra, gostaria de enfatizar o quanto sou favorável à ideia de simbolizar este saber/fazer geográfico como uma dança (MONTEIRO, 2016), nesta em que cada movimento é construído coletivamente. Uma dança com coreografias nunca



finalizadas. Uma dança sempre a espera do próximo e/ou da próxima para dar continuidade. Gostaria de se juntar?

NOTAS

1 - Utilizo o nome e sobrenome dos/as autores/as como posicionamento político-científico fundamentado na proposta de uma escrita situada (HARAWAY, 1995), tendo em vista que muitas vezes o sobrenome consiste num dispositivo de marcação de poder associado sobretudo com o patriarcado, e não raro, nossas interpretações diante de uma citação são enviesadas pelo masculino universal (“o autor” “o homem” “o sujeito” etc.)

2 - Para estudos/pesquisas que se pretende feminista e fundamentado em saberes localizados (HARAWAY, 1995), é imprescindível seus autoras/es apresentem-se para seu interlocutor as motivações pessoais (incluindo sua identidade de gênero, sexualidades, raça, classe, etc) afetações e limitações.

3 - Instituição de Ensino Superior (IES).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vinicius Santos. Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo. 271f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, 2019.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? Cadernos Pagu, n. 53, 2018.
- BRAGA, Ramon Oliveira Bieco. Espaço e as práticas de cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná. 436f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2020.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Benhur Pinós da. As geografias das lutas por reconhecimentos sociais: a fenomenologia e o problema da constituição da identidade homossexual no espaço interdito e nas microterritorialidades. Espaço e Cultura, n. 48, p. 104 - 136, mar. 2021.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 27-45.
- FERREIRA, Matheus Soares. De dia é João e de noite é Maria: o espaço geográfico lido a partir dos corpos das drags queens. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2022.
- FILETO, Vinicius Nunes. Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, 2020.
- FREITAS, Edjango Lima. Territorialidades LGBTQIA+ na educação básica: a oficina geográfica de gênero e sexualidade como ferramenta de luta e resistência. 140f. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2021.
- GUSMÃO, Roney. Entre a performance e a performatividade: (Re)visitando o gênero pelo campo da memória. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 8, n. 2, p. 316–340, 2022.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, n. 5, p. 7–41, 2009.
- HOOKS, bell. Teoria Feminista: da margem ao centro. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- LACOSTE, Yves. A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 15 ed. Campinas: Papyrus, 1988.
- LINDO, Paula. O mapa da pesquisa de gênero na Geografia brasileira (2010 a 2019): Sistematização e análise. Revista da ANPEGE, v. 17, n. 32, p. 259–281, 2021.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 2, p. 333–357, 2008.
- MELLO, Tayrone Andrade. Corpos que não importam: mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia. 101f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, 2021.
- MILANI, Patricia Helena. Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, v. 1, n. 34, p. 125-150, 24 dez. 2021.



- MONTEIRO, Ana Cláudia Lima. Corpo e linguagem: o convite a uma dança. *Ayvu: Revista de Psicologia*, v. 3, n. 1, p. 42-62, 2016.
- MOREIRA, Carlos André Gayer. Geografias queer & Currículo: por uma educação geográfica fora do armário! 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, 2020.
- NUNES, Diego Miranda. A produção das masculinidades e socioespacialidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder em Rio Grande - RS. 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, 2019.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Elogio da diferença: O feminino emergente. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- OLIVEIRA NETO, Irineu Soares. Vivências docentes de professores gays e lésbicas no ensino de geografia em escolas de educação básica. 214f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, 2019.
- ORNAT, Marcio Jose. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. *Terr@ Plural*, v. 2, n. 2, p. 309-322, 2008.
- PEDROSO, Mateus Fachin. Flores e dores, vozes e vidas: contexto geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente, SP. 360f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita de Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus Presidente Prudente, 2022.
- PELÚCIO, Larissa. Breve história afetiva de uma teoria deslocada. *Revista Florestan*, n. 2, p. 26-45, 2014.
- PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 125-157, 2009.
- PEQUENO, Victor Dantas Siqueira; PEREIRA, Ana Paula Camilo. Insurreição queer-feminista no ensino de Geografia e na Geografia escolar: um aporte bibliográfico. *Estudos Geográficos*, v. 20, n. 3, 2022.
- PEQUENO, Victor Dantas Siqueira. Corpo: uma categoria útil para a Geografia? *Boletim Alfenense de Geografia*, v. 3, n. 5, 2023.
- PRZYBYSZ, Juliana; SILVA, Joseli Maria. Pesquisar para transgredir: fazendo Geografias feministas corporificadas. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 3, n. 41, p. 51-62, 2019.
- SCHIBELINSKI, Diego. "Isso é coisa do capeta!": o papel da "ideologia de gênero" no atual projeto político de poder. *Retratos da Escola*, v. 14, n. 28, p. 15-38, 2020.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 1995.
- SILVA, Joseli Maria. (org.). Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.
- SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas. *Espaço e Cultura*, n. 27, p. 37-54, 2010.
- SILVA, Joseli Maria. 'Relatos de si': eu, a geografia e o indizível no campo científico. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 2, n. 42, p. 173-189, 2020.
- SILVA, Joseli Maria; NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio Jose. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. *Abordagens Geográficas*, v. 1, n. 1, p. 23-41, 2010.
- SILVA, Susana Maria Veleza. Geografia e gênero/Geografia feminista - O que é isto?. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 23, n. 1, p. 104-110, 1998.
- SOUZA, Gabriel Lima. Na praia, na montanha, sob a luz do luar ou em algum lugar além do arco-íris: perspectivas geográficas acerca das espacialidades homossexuais representadas nos filmes Praia do Futuro, Brokeback Mountain e Moonlight. 224f. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021.
- SPITALERE, Ana Carolina Rocha. Geografia e Gênero: considerações sobre a produção acadêmica. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus Rio Claro, 2014.
- TÍLIO, Rafael. Teorias de Gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *Revista Gênero*, v. 14, n. 2, p. 125-148.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

PEQUENO, Victor Dantas Siqueira. Nós. Homens, geógrafos... e feministas?. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 20, n. 1, P. 102-122, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2024.75040>. Acesso em: DD MM. AAAA.